

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS- UFAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL
POLO PALMEIRA DOS ÍNDIOS
LANAINA FERNANDA BARBOSA DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.**

CRAÍBAS-AL

2025

LANAINA FERNANDA BARBOSA DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA
GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO
BIBLIOGRÁFICA.

Artigo Científico apresentado ao curso de Especialização em
Gestão Educacional da Universidade Federal de Alagoas
(Campus Palmeira dos Índios), como requisito parcial para
obtenção do título em especialista em gestão educacional.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Leandro da Cruz Neto

CRAIBAS

2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

Lanaina Fernanda Barbosa da Silva

A importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas públicas:
Uma revisão bibliográfica.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca
examinadora do curso de Pós-graduação em
Gestão Educacional da Universidade Federal de
Alagoas e aprovada em 08 de abril de 2025.

Orientador – Prof. Dr. Tiago Leandro da C. Neto (em licença médica)

Banca examinadora: 1

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO PEREIRA**
Data: 12/05/2025 10:57:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dr. Rodrigo Pereira

Banca examinadora: 2

Documento assinado digitalmente
 **EMILLYN ROSA**
Data: 09/05/2025 19:50:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador/a- Prof. Dra. Emillyn Rosa

A importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas públicas: uma revisão bibliográfica.

Lanaina Fernanda Barbosa da Silva¹
Tiago Leandro da Cruz Neto²

Resumo: Este artigo tem como objetivo abordar a importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas públicas, com foco na análise de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). É o resultado da etapa final do curso de Especialização em Gestão Escolar (2024/2025) da Universidade Federal de Alagoas. A Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996, preconizam o modelo de gestão democrática com o objetivo de integrar a comunidade escolar nas decisões que impactam o processo educativo. Através das leituras realizadas durante o curso e de pesquisas realizadas, trazemos ao leitor uma discussão sobre o que autores e pesquisas realizadas abordam sobre o tema deste texto. Selecionamos quatro dissertações do PPGE/AL/UFAL que tratam da gestão democrática e da participação da comunidade escolar, que revelam a eficácia da participação da comunidade escolar, por meio de espaços como Conselhos Escolares, que contribui para a melhoria da transparência, fortalecimento da autonomia escolar e criação de um ambiente colaborativo, alinhado aos princípios democráticos. A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando levantamento bibliográfico, leitura e seleção dos trabalhos pertinentes ao tema, e análise das contribuições sobre a participação da comunidade escolar. O estudo realizado identifica que o modelo de gestão democrática é o que mais se adequa à realidade da Escola Pública; esta tem avançado progressivamente. Os desafios como a resistência à participação ativa da comunidade escolar, a formação de gestores entre outros, ainda dificultam a plena realidade de uma cultura de gestão democrática escolar. No entanto, a pesquisa reafirma a relevância da participação da comunidade escolar como um meio para a construção de uma educação mais inclusiva e alinhada aos princípios democráticos.

Palavras-chaves: Gestão Democrática; participação da comunidade escolar; conselho escolar.

¹ Especialista em atendimento educacional especializado; Docência para educação profissional e tecnológica. Professora de Educação infantil (SEMED/Craíbas e Arapiraca). E-mail: lanainafernanda@gmail.com

² Dr. em Educação (UFPE). Professor Associado (UFAL). E-mail: tiago.cruz@cedu.ufal.br

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar a importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática das escolas públicas, com foco na análise de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Também, identificar as principais reflexões e perspectivas dos estudos sobre o tema. Busca compreender como a participação da comunidade escolar é abordada nas teses e dissertações do programa de pós-graduação da UFAL PPGE, e quais as indicações que esses estudos nos trazem.

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de compreender e ratificar a importância da participação da comunidade escolar na gestão democrática (CRUZ NETO 2013), que é um passo essencial para o fortalecimento de uma educação pública que não apenas instrua, mas também forme sujeitos conscientes, atuantes e preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Na atualidade o avanço de outros modelos de gestão que não preconizados na legislação brasileira como o modelo empresarial ou gerencialista oriundo do do mercado, o modelo cívico-militar têm ganhado cada vez mais espaços seja nos processos regulatórios dos governos Federal, Estaduais e Municipais, seja através dos processos de participação da comunidade escolar que aderem, por meio da gestão democrática regulamentada nas escolas, à programas, processos escolares chamados conservadores. (CÊA, 2025; DALILA, 2003; PARENTE, 2018).

Em detrimento ao modelo de gestão democrática preconizados nas leis e implementados nas Escolas Públicas, tais modelos têm avançado com suas características do mercado, tais como centralização, autoritarismo, desempenho, competitividade, exclusão de conteúdos importantes para uma formação inclusiva entre outras.

Se nos anos 1980 e 1990 o processo de democratização da gestão escolar nas dimensões do trabalho administrativo e pedagógicos avançaram como eleições de gestores, implantação de conselho escolares e uma cultura participativa, até então, não experimentadas na história das escolas brasileiras, nos anos 2000 verifica-se um recrudescimento, ou seja, o retorno cada vez mais fortes de “ameaças renovadas à

gestão democrática da escola pública: Privatização e militarização” (EDITORAL, 2016). Portanto, é no cenário de ratificar o modelo de gestão democrática através da participação, da descentralização e autonomia das escolas, princípios da gestão democrática, que esse texto é apresentado.

A gestão democrática nas escolas públicas é um princípio fundamental para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, participativo e eficiente. Essa perspectiva, consagrada pela legislação educacional brasileira, especialmente pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 1996, busca promover a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo: gestores, professores, estudantes, pais e comunidade local.

A Constituição Federal de 1988 resultante das lutas dos movimentos pela democratização e o fim da ditadura militar através de um golpe militar de 1964 a 1988, estabeleceu no Art. 206 os princípios para a educação brasileira, dentre eles: a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, e a gestão democrática do ensino público.

No Art. 14 da LDB 9.394 de 1996 que foi recentemente atualizada, lemos:

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.

§ 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias:

I – professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;

II – demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; III – estudantes;

IV – pais ou responsáveis;

V – membros da comunidade local.

§ 2º O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteados pelos seguintes princípios: I – democratização da gestão;

II – democratização do acesso e permanência; III
– qualidade social da educação.

§ 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de:

I – 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino;

II – 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares

Verifica-se, portanto, que o compromisso do Estado Brasileiro é de que todos os sistemas de ensino em suas diferentes esferas implementem, princípios, mecanismos e instrumentos que estejam alinhados com o modelo de gestão democrática; dentre eles a promoção da participação da comunidade escolar é condição fundamental. Para isso, são necessários mecanismos como o conselho escolar.

Compreender a importância dessa participação é essencial para reconhecer o papel que cada parte interessada tem na transformação do ambiente escolar em um espaço de desenvolvimento integral, onde não apenas os processos de ensino-aprendizagem, mas também as dinâmicas de convivência e colaboração sejam potencializadas. Para além dos processos pedagógicos experimentados dentro dos espaços escolares, é importante destacar que sendo a escola uma das organizações sociais que forma sujeitos para o convívio social, a experiência da cultura participativa na escola é um processo pedagógico para um exercício de cidadania que se coaduna com o Estado Democrático de direitos. Portanto, construir e vivenciar a gestão democrática na escola, é também, formar cidadãos que estejam comprometidos com uma sociedade democrática.

A gestão escolar democrática é pautada na ideia de que as decisões devem ser tomadas de forma colegiada, integrando diferentes vozes e perspectivas. Nesse contexto, a participação da comunidade escolar torna-se um elemento crucial para a efetividade das ações e a promoção de uma educação de qualidade. A comunidade escolar, que inclui professores, funcionários, alunos e seus familiares, além de representantes da sociedade civil, tem a capacidade de influenciar as políticas internas da escola, gerando um processo de educação mais alinhado às reais necessidades e aspirações dos envolvidos.

A experiência coletiva de deliberar sobre questões importantes da escola fortalece a cultura democrática, prepara os alunos para o exercício da cidadania e promove um sentido de pertencimento e responsabilidade. Além disso, a participação da comunidade escolar na gestão possibilita uma maior transparência nos processos administrativos, contribuindo para a construção de uma escola que não apenas educa, mas também acolhe e desenvolve.

Historicamente, a gestão escolar no Brasil passou por transformações significativas, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, períodos em que a pauta da democratização do ensino ganhou força no contexto das lutas pela redemocratização do país. A influência de movimentos sociais e educadores progressistas foi determinante para a implementação de uma gestão escolar mais aberta e participativa.

Entretanto, avançar na consolidação de uma prática de gestão democrática requer o enfrentamento de desafios que ainda persistem, como a resistência de setores do mercado na educação e conservadores.

Os benefícios da participação da comunidade escolar são amplos e vão desde a melhoria dos índices de desempenho escolar até a criação de um ambiente mais colaborativo e propício ao desenvolvimento humano. Quando os diferentes membros da comunidade sentem-se ouvidos e têm a oportunidade de contribuir, a escola passa a refletir as expectativas e necessidades do contexto em que está inserida. Isso não apenas melhora a qualidade do ensino, mas também promove a formação de cidadãos mais críticos e participativos, capazes de contribuir para a transformação social.

Este artigo é apresentado em quatro seções: na primeira seção a introdução; na segunda apresentamos a metodologia adotada na pesquisa; na terceira seção trazemos o resultado da pesquisa realizada e por fim, na quarta seção as considerações finais do trabalho realizado.

METODOLOGIA

Este estudo tem uma abordagem qualitativa a partir do levantamento das dissertações no banco de dados do PPGE da UFAL. A pesquisa foi feita no site do Repositório Institucional da UFAL³. Considerando o tema do estudo que seria realizado, utilizamos as seguintes palavras chaves: “Gestão democrática” e “participação da comunidade escolar”. Considerando o espaço de tempo para a escrita do artigo, a temática específica aqui abordada selecionamos 4 trabalhos que contemplavam especificamente os objetivos do texto. A escolha das 4 pesquisas se deu através da leitura dos resumos.

Importante ressaltar que não foi o nosso objetivo fazer um levantamento de todas as pesquisas produzidas no PPGE/UFAL, mas identificar algumas das pesquisas que poderiam fornecer elementos para o texto proposto. A escolha do PPGE se deu em razão do curso de Especialização ser da UFAL e sermos docentes no Estado de Alagoas.

As pesquisas selecionadas foram: ‘Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino em Alagoas (1999-2004)’ (CRUZ NETO, 2008); “A complexidade do processo de democratização e de participação na elaboração do plano estadual de educação de Alagoas 2006-2015”(SOUZA, 2007); “A gestão democrática da educação em Alagoas: Metamorfoses no campo da cultura organizacional”(GOMES, 2013); “Gestão democrática na rede estadual de ensino de Alagoas: perspectivas e perspectivas de uma política pública” (EMILIANO, 2008).

O que nos contam as pesquisas do PPGE/UFAL sobre a prática da gestão democrática e participação escolar?

Souza(2007) em seu trabalho intitulado ‘A complexidade do processo de democratização e de participação na elaboração do Plano Estadual de Educação de Alagoas 2006-2015’, apresenta uma análise detalhada da elaboração do Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE/AL) 2006-2015, focando no processo de democratização e na participação do Comitê Gestor. A pesquisa se propõe a

³ <https://www.repositorio.ufal.br/>

caracterizar o planejamento educacional no contexto brasileiro e especificamente em Alagoas, abordando como se deu a democratização e a participação ao longo do início do século XXI.

Além disso, expõe a dificuldade enfrentada pela ausência de participação popular em alguns subcomitês temáticos, o que impactou a mobilização e o envolvimento de assuntos políticos, essa limitação reflete as barreiras para a implementação efetiva de práticas democráticas no planejamento educacional, especialmente em um contexto que busca fortalecer a gestão participativa.

Na verdade, o processo de participação na elaboração do PEE/AL, sob o ponto de vista ideal, poderia ter sido ampliado buscando uma participação mais ativa da comunidade escolar. Mas, analisando-se ao longo da história, percebe-se que o Estado de Alagoas não possui uma tradição de muita participação da sociedade civil organizada.”(SOUZA, 2007, p.134).

Percebe-se na colocação de Souza (2007), que há uma discrepância entre o ideal e a realidade do processo de participação na elaboração do Plano Estadual de Educação de Alagoas (PEE/AL). Do ponto de vista ideal, o processo deveria ter sido mais inclusivo e ativo, com uma maior participação da comunidade escolar e de outros atores sociais na formulação das propostas. Isso significaria envolver professores, alunos, pais e representantes de diferentes setores da sociedade em discussão, debates e decisões para tornar o plano mais representativo e democrático.

É necessário considerarmos que há um contexto histórico em que o Brasil e nele o Estado de Alagoas não tem uma tradição consolidada de participação efetiva da sociedade civil organizada em processos políticos e de planejamento. Essa falta de tradição implica que as práticas de gestão e planejamento educacional muitas vezes não têm um histórico de engajamento coletivo, o que dificulta a implementação de processos amplamente democráticos. Sendo assim, apesar da intenção de ampliar a participação, fatores históricos e culturais limitam a efetivação dessa participação na prática, fazendo com que a sociedade civil não esteja plenamente inserida nas decisões relacionadas à educação no estado.

Gomes(2013), em sua pesquisa 'A gestão democrática da educação em Alagoas: Metamorfoses no campo da cultura organizacional', comparou a cultura organizacional de duas escolas da 13ª CRE em Alagoas, analisando o processo de gestão democrática entre 1999 e 2010. A investigação, fundamentada na Pesquisa Participante, abordou temas como Conselho Escolar e Projeto Político Pedagógico, destacando a centralização do poder histórico no estado. Os resultados revelaram um distanciamento entre o conceito de gestão democrática e a prática escolar, já que o poder ainda está concentrado nos gestores, sem diálogo efetivo com a comunidade escolar. O termo “gestão democrática” aparece nos documentos oficiais, mas, na prática, o processo é limitado pelas condições precárias das escolas, concluindo que a democratização da gestão educacional em Alagoas permanece um desafio a ser realizado.

É de fundamental importância a presença da comunidade escolar para o exercício da democracia que vai se estabelecendo no interior das relações sociais. É preciso adotar métodos democráticos para a efetiva participação de todos os segmentos que compõem a escola, e compreendido como a união dos seguintes partícipes: pais, professores, alunos e funcionários, e são estes que compõem um colegiado denominado Conselho Escolar, que tem as funções consultiva, deliberativa e fiscalizadora nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade de ensino”(GOMES, 2013, P.47).

A autora (Gomes, 2013) ratifica a ideia de que a participação da comunidade escolar fortalece a democracia nas relações sociais, especialmente no contexto da gestão escolar. Essa presença ativa é fundamental para que todos os segmentos da escola (pais, professores, alunos e funcionários) possam colaborar na tomada de decisões e na formulação de políticas educacionais que respondam às suas necessidades e perspectivas.

A adoção de métodos democráticos implica criar condições para que todos esses participantes possam participar de forma eficaz e significativa. Isso envolve não apenas consultas esporádicas, mas um verdadeiro espaço de colaboração onde as vozes de todos são ouvidas e respeitadas. O Conselho Escolar, é uma instância fundamental nesse processo, pois reúne os membros da comunidade escolar e

desempenha funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, essas funções permitem que o Conselho não apenas avalie a escola, mas também participe das decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, garantindo transparência, responsabilidade e corresponsabilidade na gestão da escola.

Ou seja, a presença ativa da comunidade escolar e o uso de métodos democráticos são elementos essenciais para uma gestão participativa, que contribui para uma cultura de democracia na escola e, por consequência, na sociedade. Essa abordagem fortalece a autonomia da unidade de ensino e promove um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

É de grande relevância que a gestão esteja aberta à participação societária, para que todos os sujeitos envolvidos tomem consciência dos limites que dificultam o sucesso na trajetória da escola e a possibilidades de superação destes entraves, a partir de uma leitura endógena que se consolida nas contradições e propícia ao debate construtivo, com vistas ao fortalecimento da instituição de ensino[...]A equipe de construção e consolidação da gestão democrática, através do Decreto do Poder Executivo de nº 38.131, do ano de 1999, teve a oportunidade, com amparo legal, de dar início às mudanças.(GOMES,2013, P.75).

Evidencia-se a importância da gestão escolar ser receptiva à participação da sociedade, promovendo um ambiente onde todos os envolvidos possam ter um papel ativo. A abertura à participação societária permite que esses sujeitos tomem consciência dos obstáculos enfrentados pela escola e das possibilidades de superação, o que só é possível por meio de um entendimento profundo das realidades internas da instituição.

O Decreto do Poder Executivo do Estado de Alagoas nº 38.131, de 1999, é um marco legal que contribui para a introdução e o fortalecimento da gestão democrática nas escolas, esse decreto ofereceu suporte normativo para iniciar mudanças, reforçando práticas que buscam a colaboração e a participação coletiva. Essa base legal deu legitimidade à equipe responsável pela implementação e declarações da gestão democrática, facilitando o desenvolvimento de ações que promovam a participação ativa da comunidade escolar.

Emiliano(2008), em seu trabalho intitulado 'Gestão democrática na rede estadual de ensino de Alagoas: Percepções e perspectivas de uma política pública', analisa as percepções e perspectivas sobre a política de gestão democrática implantada na rede estadual de ensino de Alagoas a partir de 1999. O estudo, de caráter pedagógico-político, investiga a implantação dessa política educacional, sua relação restrita com a sociedade e seus impactos na prática pedagógica. Baseando-se na concepção do Estado de Gramsci, a pesquisa aborda conceitos como gestão democrática, centralização e descentralização, explorando a possibilidade de descentralizar o poder por meio de mecanismos como o Projeto Político-Pedagógico, o Conselho Escolar e a eleição de gestores. Além de descrever o processo de melhoria da gestão democrática, a dissertação apresenta as percepções dos envolvidos na educação do Estado, destacando os avanços alcançados, apesar dos desafios e problemas socioeconômicos enfrentados.

Emiliano (2008, p.231) aponta que:

Verificamos, portanto, que a eleição para se escolher aqueles que vão gerir as escolas consiste no meio mais democrático, pois possibilita que a comunidade escolar participe da escolha. E, de acordo com a postura do(s) escolhido(s), há mais possibilidades da escola construir a sua própria autonomia, descentralizando poderes a partir do momento em que a própria escola decide quem vai geri-la, liderá-la. Compreender melhor esse processo exige daqueles que se colocam à disposição da escola, no papel de gestores, o conhecimento dos princípios citados anteriormente, pois aqueles que estão à frente da gestão escolar, devem ter clareza do papel deles diante da comunidade escolar e local. Logo, é necessário que eles liderem no sentido de legitimar, qualificar, flexibilizar e envolver as comunidades na participação efetiva dentro e fora da escola.

A escolha dos gestores escolares é fundamental para a democratização da gestão educacional, ao permitir que a comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários) participe diretamente da escolha daqueles que irão administrar a escola, o processo de eleição é apresentado como um mecanismo de descentralização de poder e fortalecimento da autonomia escolar.

A ideia é que, ao escolher seus próprios líderes, a escola ganhe maior liberdade para tomar decisões, permitindo uma gestão mais alinhada com suas necessidades e

particularidades. Mas é necessário que os gestores escolares ao assumirem a liderança, compreendam e incorporarem os princípios de gestão democrática, devem ter claro seu papel e responsabilidade, tanto em relação à comunidade escolar quanto à comunidade local.

A liderança, nesse contexto, não se restringe à tomada de decisões administrativas, mas envolve a capacidade de legitimar e qualificar a participação da comunidade, tornando-a efetiva dentro e fora da escola, ou seja, é uma liderança que deve ser orientada para a inclusão, a transparência e a promoção de um ambiente colaborativo.

Compartilhamos da concepção de Gestão Democrática caracterizada por descentralização, participação, autonomia, flexibilidade e legitimidade. Contudo, temos a clareza de que a Gestão Democrática, enquanto política pública não é capaz de superar o modelo centralizador de gerir a educação, porque a gestão pode apresentar possibilidades para a superação do modelo centralizador e autoritário, porém, essa superação ocorrerá a partir do momento em que a classe trabalhadora perceber a necessidade de romper com o modelo hegemônico. (Emiliano 2008, p.254).

A Gestão Democrática está associada a princípios como descentralização, participação, autonomia, flexibilidade e legitimidade, que são importantes para a construção de uma educação mais inclusiva e colaborativa.

Importante considerar que a Gestão Democrática oferece alternativas para superar um modelo centralizador e autoritário, todavia, a escola não é uma organização social que opera as mudanças sozinha numa perspectiva salvacionista da sociedade; a escola é, antes de tudo, uma organização que reproduz os valores dominantes, todavia ela, também, é um espaço de contradição, pois é formada por sujeitos que têm suas subjetividades e suas experiências extra-escolares. Portanto, é nas contradições do ambiente escolar e, por meio das subjetividades que outros valores e saberes são construídos em direção a uma escola progressivamente. É nessas contradições entre as tradições já consolidadas e outras experiências inovadoras de uma escola democrática que está o espaço para as mudanças; quando a comunidade escolar enquanto atores percebe a necessidade de romper com o modelo hegemônico vigente.

Portanto, mesmo com os avanços potenciais da gestão democrática, ela não é suficiente sozinha para transformar o sistema educacional, especialmente se não houver uma mudança de consciência entre os trabalhadores da educação. Ou seja, uma gestão democrática pode ser um caminho, mas precisa de um movimento mais amplo de engajamento e mobilização das partes envolvidas (professores, alunos, pais) para que a superação do autoritarismo e da centralização se efetivem de maneira concreta.

Esse entendimento está ligado a uma crítica mais ampla ao sistema educacional, onde as relações de poder e a estrutura tradicional de comando ainda prevalecem, impedindo uma verdadeira transformação.

CRUZ Neto(2008) em seu estudo intitulado ' Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino de Alagoas (1999-2004)', investigou o planejamento educacional da Secretaria Executiva de Educação de Alagoas (SEE/AL) entre 1999 e 2004, focando na implantação do modelo de gestão democrática. A pesquisa, de abordagem qualitativa e sócio-histórica, utilizou documentos, entrevistas e questionários para avaliar como o Estado buscou promover uma cultura de participação na rede pública de ensino. Apesar dos esforços iniciais para envolver a comunidade, as ações planejadas pela SEE/AL careciam de um conteúdo político-pedagógico robusto, sendo limitadas a práticas burocráticas, como preenchimento de relatórios. A participação de base, especialmente de pais e alunos, foi fragilizada por ações insuficientes e falta de continuidade na gestão. Assim, o discurso de uma “escola cidadã” se baseou em um modelo participativo restrito e pouco eficaz, resultando em avanços limitados na construção de uma participação ativa. Cruz Neto(2008, p 70) nos diz que:

“Pode-se extrair que o conceito de gestão educacional democrática da educação dos que defendem a educação pública assume um compromisso em defesa de uma descentralização no processo decisório do aparelho do Estado, sem tirar deste suas responsabilidades, e reconhece a importância do interesse público, contemplando duas esferas na gestão, a social e a política. É uma concepção que orienta a gestão da educação para uma lógica não pela via do mercado, mas que deve ser operacionalizada principalmente pela

sociedade civil.”

A descentralização não implica uma desresponsabilização do Estado, mas sim uma redistribuição de poder que permite uma maior participação da sociedade civil, sem abdicar das responsabilidades do governo em garantir a educação como um direito público. A esfera social envolve a participação ativa dos cidadãos (professores, pais, estudantes, etc.), enquanto a política se refere à atuação do Estado e das instituições governamentais, ambas são essenciais para a gestão democrática, pois garantem que o sistema educacional seja construído de maneira colaborativa, mas também regulamentado por princípios públicos que garantam a equidade e a qualidade da educação.

“Sobre a forma de gestão, no PNE define-se que cada sistema de ensino, deverá traçar normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade, assim como desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a eqüidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade”(CRUZ Neto,2008,P.73).

Há uma necessidade de uma gestão educacional mais democrática, descentralizada e focada nos resultados de aprendizagem, com a participação ativa da comunidade escolar, para que assim possa garantir uma educação mais equitativa e autônoma, alinhada à melhoria contínua da qualidade educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras das pesquisas identificadas, compreendemos que a consolidação do modelo de gestão democrática nas escolas e a efetiva participação está preconizada na legislação brasileira. Porém, ao estudarem como as experiências são construídas no chão das escolas, os pesquisadores identificam dificuldades que estão relacionadas à cultura organizacional que esteve presente no trabalho escolar desenvolvido na história da educação brasileira; mas, também, na própria vivência sócio-histórica da sociedade brasileira.

A escola não é uma organização social alijada das vivências da comunidade onde ela está inserida e cultura social autoritária e conservadora que, ainda está

presente nas nossas relações sociais. Esta cultura, é também, levada para dentro da escola e vivenciada nas relações administrativas e pedagógicas que nela são construídas todos os dias. Como dissemos na introdução, a experiência do gerencialismo e do conservadorismo nos processos das relações de trabalho estão cada vez mais presentes nas escolas públicas.

Esse cenário endógeno e exógeno à escola traz desafios à progressiva vivência de uma cultura democrática. Mas, também, coloca para a comunidade escolar comprometida com uma sociedade democrática a necessidade de se colocar como uma frente em defesa da gestão democrática e no progressivo incentivo à participação da comunidade escolar por meio de instrumentos que assegurem a discussão e a deliberação ativa dos membros da CE.

A participação ativa de todos, desde professores até a sociedade civil, é essencial para a criação de uma educação que não apenas instruí, mas que também forma cidadãos críticos e responsáveis. Contudo, a verdadeira transformação depende da superação do modelo centralizador e autoritário ainda presente em muitas práticas educacionais.

A gestão democrática, embora consolidada nas leis da educação, já instituída nas escolas públicas brasileiras em sua totalidade ou parcialidade, requer um contínuo esforço, sem descuido, para o seu aperfeiçoamento. O não progressivo avanço de uma participação ativa da comunidade escolar, é também, reflexo de uma cultura de não-participação ativa nas macroestrutura social. Mas, sendo a escola uma organização social de contradições, assim como a sociedade, ela pode e deve está comprometida com uma sociedade democrática construindo experiências pedagógicas que possibilitem dentro dela ou fora dela, a comunidade escolar exercer de forma mais protagonista o seu papel de cidadão.

Espera-se que o leitor possa ter a compreensão sobre as relações entre gestão democrática e a participação da comunidade escolar, reconhecendo a importância da participação ativa de professores, pais, alunos e funcionários nas decisões escolares, para o fortalecimento da gestão democrática e como essa participação contribui para a melhoria da transparência, da tomada de decisões e do senso de pertencimento,

beneficiando tanto a qualidade do ensino quanto o ambiente escolar. Em tempos de modelos gerencialista e autoritário, o modelo de gestão democrática é uma ferramenta fundamental para formar alunos para uma cidadania crítica e participativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da república. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação- LDB**. Brasília, 1996.

CÊA, G. S. dos S. **Parcerias público-privadas e reforma do ensino médio em Alagoas: primeiras aproximações**. Revista Espaço Pedagógico, [S. l.], v. 30, p. e14732, 2023. DOI: 10.5335/rep.v30i0.14732. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14732>. Jan/2025.

EDITORIAL. **Privatização e militarização: ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 37 n. 134, jan./mar. 2016. Editorial, p. 1-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00001.pdf>

EMILIANO, Flávia Maria Monteiro de Lima. **Gestão Democrática na Rede Estadual de Ensino de Alagoas: Percepções e Perspectivas de uma Política Pública**. Maceió, 2008. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/institucional/biblioteca-virtual/2004-mestrado/flavia-maria-monteiro-de-lima-emiliano> acesso em: 08/11/2024.

GOMES, Claudia Campos Cavalcante. **Gestão democrática da educação em Alagoas: metamorfoses no campo da cultura organizacional**. Maceió, 2013. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/institucional/biblioteca-virtual/2011/claudia-campos-cavalcante-gomes> acesso em: 09/11/2024.

CRUZ NETO. Tiago Leandro da. **Planejamento Educacional e Participação Democrática: um estudo sobre a rede pública estadual de ensino em Alagoas (1999-2004)**. Maceió, 2008. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em>

[educacao/documentos/dissertacoes/copy_of_dissertacoes/2006-mestrado/tiago-lean
dro-da-cruz-neto](#) acesso em: 08/11/2024.

_____. **Gestão Democrática da Educação:** uma discussão sobre planejamento educacional e participação coletiva em Alagoas (1999-2004). 1ª ed. Maceió: EDUFAL, 2013. 144p.

PARENTE, Juliano Mota. **Gerencialismo e Performatividade na Gestão da Educação Brasileira.** Educação em Revista, Marília, SP, v. 19, n. 1, p. 89–102, 2018. DOI: 10.36311/2236-5192.2018.v19n1.06.p89. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7903>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente.** In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes. Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-35, 2003.

SOUZA, Somaya de Albuquerque. **A complexidade do processo de democratização e de participação na elaboração do plano estadual de educação de Alagoas 2006- 2015.** Maceió, 2007. Disponível em: <https://cedu.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado-em-educacao/institucional/biblioteca-virtual/2005-mestrado/somaya-de-albuquerque-souza> acesso em: 08/11/2024.

